

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA SECUNDÁRIA MANUEL DE ARRIAGA

CRITÉRIOS DA PROVA DE CONHECIMENTOS

PROCEDIMENTO CONCURSAL – BEPA – oferta de emprego nº 9245
VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO
OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA DE ASSISTENTE TÉCNICO

Duração da Prova: 90 minutos

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta indelével azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Em caso de engano, deve riscar, de forma inequívoca, aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada item, apresente apenas uma resposta. Se escrever mais do que uma resposta a um mesmo item, apenas é classificada a resposta apresentada em primeiro lugar.

Grupo I (6 questões)

Em cada um dos itens deste grupo, selecione a alternativa correta.

Grupo II (6 questões)

Questões de resposta aberta.

Grupo III (1 questão)

Questão de desenvolvimento.

Grupo I

1. Nos casos em que as faltas determinam a perda de remuneração, podem as ausências ser substituídas por dias de férias:
 - a) Se o trabalhador assim o preferir pode requerer, desde que seja salvaguardado o gozo efetivo de 20 dias de férias ou da correspondente proporção, se se tratar do ano de admissão, mediante comunicação expressa do trabalhador ao empregador público, sem redução de retribuição.
 - b) Se o trabalhador assim o preferir pode requerer, desde que seja salvaguardado o gozo efetivo de 15 dias de férias ou da correspondente proporção, se se tratar do ano de admissão, mediante comunicação expressa do trabalhador ao empregador público, sem redução de retribuição.
 - c) Se o trabalhador assim o preferir pode requerer, desde que seja salvaguardado o gozo efetivo de 20 dias de férias ou da correspondente proporção, se se tratar do ano de admissão, mediante comunicação expressa do trabalhador ao empregador público, com redução de retribuição.
 - d) As faltas que determinam a perda de remuneração não podem ser substituídas por férias, na medida que este é um direito irrenunciável.

2. A autorização da mudança de curso, solicitada pelo encarregado de educação ou pelo aluno, quando maior de idade, dentro da mesma ou outra modalidade de ensino, ou a matrícula em outra disciplina anual, bianual ou trianual deve ser concedida até
 - a) ao 5.º dia útil do 1.º período, desde que exista vaga nas turmas constituídas, sendo liminarmente indeferidos os pedidos posteriores.
 - b) ao 5.º dia útil do 2.º período, desde que exista vaga nas turmas constituídas, sendo liminarmente indeferidos os pedidos posteriores.
 - c) ao dia 31 de dezembro, desde que exista vaga nas turmas constituídas, sendo liminarmente indeferidos os pedidos posteriores.
 - d) ao dia 30 de setembro, desde que exista vaga nas turmas constituídas, sendo liminarmente indeferidos os pedidos posteriores.

3. No 3º ciclo os alunos dos 7.º e 8.º anos que frequentarem a disciplina da área da educação artística de Dança podem escolher no 9ºano uma de entre as seguintes:
- a) Dança ou Educação Visual
 - b) Dança, Educação Visual ou Educação Tecnológica
 - c) Dança ou Educação Tecnológica
 - d) Apenas Dança.
4. A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção intercalar é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente,
- a) disponibilizada na BEPA e no sítio da internet da entidade empregadora pública.
 - b) afixada em local visível e público das instalações da entidade empregadora pública.
 - c) remetida por correio eletrónico para os candidatos admitidos.
 - d) disponibilizada na BEPA e remetida por correio eletrónico para os candidatos admitidos.
5. É permitido a distribuição de trabalho suplementar a um docente com 55 anos de idade e vinte anos de serviço?
- a) Sim, apenas na atribuição de serviço na lecionação de aulas de substituição.
 - b) Sim, nos casos em que tal se manifeste necessário para completar o horário semanal do docente em função da carga horária da disciplina que ministra, e atribuição de serviço na lecionação de aulas de substituição.
 - c) Sim, em qualquer situação.
 - d) Não é permitido.
6. Por falecimento de uma tia o trabalhador pode faltar justificadamente:
- a) Até cinco dias úteis;
 - b) Até dois dias consecutivos;
 - c) Até cinco dias consecutivos;
 - d) Nenhuma das anteriores.

Grupo II

1. Um trabalhador, em funções públicas, pode acumular funções? Justifique.

As funções públicas são, em regra, exercidas em exclusividade, como determina o artigo 20.º da LTFP (Lei nº35/2014, de 20 de junho), mas a lei admite que, em certas condições o trabalhador possa acumular as suas funções com outras funções públicas ou privadas.

Resposta	Cotação atribuir
As funções públicas são, em regra, exercidas em exclusividade como determina o artigo 20.º da <u>LTFP</u> .	0,25
mas a lei admite que, em certas condições o trabalhador possa acumular as suas funções com outras funções públicas ou privadas, conforme determina os artigo s21.º e 22.º da <u>LTFP</u> .	0,25
A acumulação depende da prévia autorização, conforme o artigo 23.º da <u>LTFP</u> .	0,25
Lei nº35/2014, de 20 de junho	0,25
Total	1

2. Um trabalhador em funções públicas, com 55 anos de idade e 25 anos de serviço efetivamente prestados, tem direito, a quantos dias de férias em cada ano civil? Justifique.

(A partir de 1 de janeiro de 2015, o período anual de férias é de 22 dias úteis, a que acresce um 1 dia útil por cada 10 anos de serviço efetivamente prestado.

A duração do período de férias pode ainda ser aumentada no quadro do sistema de recompensa do desempenho, nos termos previstos na lei ou em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho)

Resposta	Cotação atribuir
Menciona 1 dia por cada 10 anos de serviço.	0,25
como determina o ponto 4 do artigo 126.º da <u>LTFP</u>	0,25
Refere os 22 dias úteis como a duração normal.	0,25
Lei nº35/2014, de 20 de junho	0,25
Total	1

3. Qual a relação entre o dever funcional e a infração disciplinar?

Resposta	Cotação atribuir
É a violação do dever funcional a que se refere o artigo 73.º da <u>LTFP</u>	0,50
gera (ou pode gerar) a infração disciplinar definida no artigo 183.º da mesma lei	0,25
Art.º. 73º da LGTFP	0,25
Total	1

4. O coordenador do núcleo de educação especial de uma unidade orgânica não integrada do sistema educativo regional, tem ou não direito a auferir de uma gratificação? Justifique.

Resposta	Cotação atribuir
O coordenador do núcleo de educação especial não tem direito a uma gratificação de 10% do valor correspondente ao índice 108 da carreira	0,50
Como não ocorre itinerância não há lugar a compensação	0,25
Ponto 5 do artigo 96.º do Decreto Legislativo Regional nº 13/2013/A, de 30 de agosto.	0,25
Total	1

5. Os alunos maiores de idade ou emancipados podem constituir-se como respetivos encarregados de educação? Justifique.

Resposta	Cotação atribuir
Sim, conforme previsto no Estatuto da Aluno dos Ensinos Básico e Secundário	0,50
Ponto 3 do artigo 13.º	0,25
Decreto Legislativo Regional nº12/2013/A, de 23 de agosto	0,25
Total	1

6. No ensino básico é permitida a anulação de matrícula na disciplina de educação moral e religiosa ao longo do ano letivo? Justifique.

Resposta	Cotação atribuir
Não é permitido	0,50
Ponto 3 do artigo 26.º	0,25
Portaria n.º 75/2014 de 18 de novembro.	0,25
Total	1

Grupo III

1. Explícite os procedimentos administrativos essenciais de matrícula, com referência ao respetivo enquadramento legal, para o ano letivo 2018/2019 no que se refere ao ensino secundário, numa escola do ensino público regional, devendo indicar uma data para a realização da mesma.

Pontos focados	Cotação atribuir
Enquadramento legal	2
Portaria nº75/2014, de 18 de novembro	1
Artigo 7º nº 7, 8, 9	0,5
Artigo 14º nº 7	0,5
Noção	4
Refere – não pode ultrapassar a data limite de 15 de julho do ano letivo anterior àquele a que a matrícula respeita	1
Refere – devem os serviços administrativos informar previamente os alunos e, se menores de idade, os encarregados de educação acerca da oferta formativa	1
Refere- não é permitida a matrícula simultânea na mesma disciplina em mais de um ano de escolaridade	1
Refere – solicitar ao EE a apresentação do cartão de identificação civil do aluno, boletim de vacinação atualizado, cópia simples do documento relativo ao sistema de saúde, 1 fotografia tipo passe	1
Adequado conhecimento da Língua Portuguesa:	2
Texto bem estruturado, sem erros de sintaxe, de pontuação e/ou de ortografia, ou com erros esporádicos, cuja gravidade não implica perda de sentido.	2
Texto razoavelmente estruturado, com alguns erros de sintaxe, de pontuação e/ou de ortografia, ou com erros esporádicos, cuja gravidade não implica perda de sentido.	1
Texto sem estruturação aparente, com erros de sintaxe, de pontuação e/ou ortografia, ou com erros esporádicos, cuja gravidade implica perda de sentido	0,5
Total	8 valores